



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

BELISSA MINEIRO MACIEL CABRAL

**ODS 1 – Erradicação da Pobreza: Impactos sociais do projeto O Portal na comunidade da
CAGEP em Caruaru-PE**

CARUARU

2025

BELISSA MINEIRO MACIEL CABRAL

ODS 1 – Erradicação da Pobreza: Impactos sociais do projeto O Portal na comunidade da CAGEP em Caruaru-PE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, do Campus de Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, na modalidade monografia, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Gestão Sustentável

Orientador(a): Daniella Ramos da Silva

CARUARU

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Cabral, Belissa Mineiro Maciel.

ODS 1 - Erradicação da Pobreza: Impactos sociais do projeto o Portal na comunidade da CAGEP em Caruaru-PE / Belissa Mineiro Maciel Cabral. - Caruaru, 2025.

57 p., tab.

Orientador(a): Daniella Ramos da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Administração, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. ODS 1. 2. combate a pobreza. 3. instituições religiosas. I. Silva, Daniella Ramos da. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

BELISSA MINEIRO MACIEL CABRAL

ODS 1 – Erradicação da Pobreza: Impactos sociais do projeto O Portal na comunidade da CAGEP em Caruaru-PE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, do Campus de Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, na modalidade monografia, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 18/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Daniella Ramos da Silva (Orientadora)
Centro Acadêmico do Agreste (CAA) / UFPE

Prof^a. M.Sc. Lizandra Kelly de Araujo Santana (Examinadora Interna)
Centro Acadêmico do Agreste (CAA) / UFPE

Prof^a Dra. Kelly Maria Paz e Silva (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Dedico este trabalho à Deus que me sustentou até aqui, me dando força e sabedoria para seguir em frente. Dedico também a minha família, meu esposo Natã, minha mãe Ana, meu pai Laelson e minha irmã Lisabel que estiveram comigo em todo momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois Ele me sustentou nos dias mais difíceis dessa trajetória, me dando força e sabedoria. Agradeço ao meu esposo, que esteve comigo desde o primeiro dia do curso, me dando apoio, segurando minha mão quando eu desanimava, agradeço aos meus pais e irmã que estiveram comigo em cada etapa, que incentivaram a não desistir e minha cacau, que é meu apoio emocional e sempre me acalmava com sua lambidas. Agradeço aos meus companheiros de classe, em especial Rebeca da Hora, John Kennedy e Samuel Gomes que pude compartilhar dos dias bons e ruins na universidade. Agradeço à minha orientadora, Dra. Daniella Ramos, por todo suporte e ajuda na construção do trabalho. Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação. Agradeço também a Igreja A Ponte onde faço parte por toda colaboração e ajuda para construção desse trabalho. Por fim, agradeço a todos que de alguma forma, foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

Este trabalho analisa os impactos sociais do Projeto O Portal, iniciativa da Igreja A Ponte desenvolvida junto à comunidade da CAGEP, em Caruaru-PE, e discute em que medida suas ações contribuem para o alcance das metas do ODS 1 (Erradicação da Pobreza), da Agenda 2030. Parte-se da compreensão de que a pobreza não se restringe à insuficiência de renda, podendo ser abordada como pobreza absoluta e relativa e, sobretudo, como pobreza multidimensional, associada a privações em diferentes esferas (como educação, saúde, alimentação, moradia e participação social), frequentemente relacionadas a processos de desigualdade e exclusão. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas presenciais, visando identificar a percepção dos participantes sobre as mudanças associadas às intervenções do projeto. Os resultados indicam impactos relevantes, especialmente na infância e adolescência, com melhorias comportamentais, avanços educacionais e ampliação de perspectivas de futuro, além de efeitos na redução de privações imediatas por meio do acesso a recursos básicos, atividades socioeducativas, lazer, capacitações pontuais e apoio psicossocial. Conclui-se que iniciativas do terceiro setor, incluindo instituições religiosas, podem desempenhar papel complementar no enfrentamento da pobreza em suas múltiplas dimensões, contribuindo para a melhoria das condições de vida em territórios de alta vulnerabilidade.

Palavras-chave: ODS 1; combate a pobreza; instituições religiosas

ABSTRACT

This study analyzes the social impacts of the "O Portal" Project, an initiative of the A Ponte Church developed with the CAGEP community in Caruaru-PE, and discusses the extent to which its actions contribute to achieving the goals of SDG 1 (No Poverty) of the 2030 Agenda. It starts from the understanding that poverty is not limited to insufficient income, but can be approached as absolute and relative poverty and, above all, as multidimensional poverty, associated with deprivations in different spheres (such as education, health, food, housing, and social participation), frequently related to processes of inequality and exclusion. A qualitative, exploratory approach was adopted, with data collection through semi-structured face-to-face interviews, aiming to identify participants' perceptions of the changes associated with the project's interventions. The results indicate significant impacts, especially in childhood and adolescence, with behavioral improvements, educational advancements, and broadened future perspectives, as well as effects on reducing immediate deprivations through access to basic resources, socio-educational activities, leisure, specific training, and psychosocial support. It is concluded that initiatives from the third sector, including religious institutions, can play a complementary role in tackling poverty in its multiple dimensions, contributing to the improvement of living conditions in highly vulnerable areas.

Keywords: SDG 1; combating poverty; religious institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Programas de transferência de renda	23
Quadra 2 -	Categorias de análise	32

LISTA DE SIGLAS

BAL	Bolsa Alimentação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BES	Bolsa Escola
BF	Bolsa Família
CAGEP	Central de armazenamento e logística da Companhia de Abastecimento de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPM	índice de Pobreza Multidimensional
MCC	Ministério de Cuidado Comunitário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCA	Programa Cartão Alimentação
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMV	Renda Mensal Vitalícia

TRC	Transferência de Renda Condicionada
-----	-------------------------------------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	13
1.2	DELIMITAÇÃO DE TEMA.....	14
1.3	PROBLEMA DA PESQUISA.....	15
1.4	OBJETIVOS.....	15
1.4.1	Objetivos geral.....	15
1.4.2	Objetivos específicos.....	15
1.5	JUSTIFICATIVA.....	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	CONCEITO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	17
2.2	DESENVOLVIMENTO HUMANO E INDICADORES SOCIAIS.....	18
2.3	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030	20
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL.....	22
2.5	A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE À POBREZA.....	28
3	METODOLOGIA.....	30
3.1	TIPO E ABORDAGEM DA PESQUISA.....	30
3.2	NATUREZA E DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	30
3.3	CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA.....	30
3.4	PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	31
3.5	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	31
3.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	31
3.7	TÉCNICA DE ANÁLISE UTILIZADA.....	32
3.8	CATEGORIAS TEMÁTICAS E BREVES DEFINIÇÕES.....	33
4	ANÁLISE DO CORPUS.....	39
4.1	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO O PORTAL JUNTO À COMUNIDADE DA CAGEP.....	39
4.2	PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE SOBRE A PRESENÇA E AÇÃO DO PORTAL.....	41
4.3	ANÁLISE DA RELAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO ÀS METAS DA ODS 01 (ERRADICAÇÃO DA POBREZA).....	42

4.4	A ATUAÇÃO DA IGREJA A PONTE E DO PROJETO O PORTAL NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICE A – PROTOCOLO DAS ENTREVISTAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Ao longo da história, a pobreza é vivenciada por inúmeras pessoas de diversas faixas etárias, que sofrem com essa barreira, levando-os à vulnerabilidade e à escora da sociedade. É uma problemática que hoje atinge pelo menos 1,1 bilhão de pessoas em vários níveis de pobreza (ONU, 2024). Essa questão vai muito além da escassez de recursos para a subsistência, manifestando-se por meio da fome, da dificuldade de acesso à educação básica e aos serviços essenciais, além de gerar exclusão social.

Historicamente, a sociedade tem priorizado o crescimento econômico, e, por muito tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) foi utilizado como principal parâmetro para medir o desenvolvimento de um país. No entanto, com o passar do tempo, esse indicador mostrou-se limitado, abrindo espaço para a adoção de métodos mais abrangentes de mensuração (Guimarães; Jannuzzi, 2004). No contexto do desenvolvimento sustentável, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que permite uma análise mais completa das condições de vida nos países, considerando os pilares econômico, social e ambiental (Mancero, 2001).

Em 2021, o Brasil apresentou um IDH de 0,766, sendo classificado como um país de alto desenvolvimento humano (ONU). Apesar disso, e mesmo com a existência de programas sociais como o Bolsa Família, Auxílio Gás, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros, ainda é expressivo o número de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social. Segundo dados do IBGE divulgados em 2024, cerca de 27,4% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza. Isso evidencia que, apesar dos esforços governamentais para reduzir as desigualdades, ainda há dificuldades em alcançar toda a população que necessita de assistência.

Com isso, a erradicação da pobreza, foi considerado pela ONU, o principal objetivo, e o mais desafiador, em todas suas formas e dimensões, e é considerado requisito fundamental para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a Organização das Nações Unidas (ONU), tem como um dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, eliminar a pobreza extrema até 2030, reconhecendo que este fenômeno vai além da falta de renda e está associado à ausência de acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia e segurança.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), propostos durante a Conferência das Nações Unidas, marcaram o início desse movimento global de enfrentamento à pobreza. Um dos maiores êxitos registrados foi a redução de 56% no número de pessoas vivendo em extrema pobreza entre 1990 e 2015 (UNITED, 2015), resultado que serviu de base para a formulação da Agenda 2030.

A ODS 1, erradicação da pobreza, composto por 7 (sete) metas, tem como objetivo reduzir a pobreza pela metade, promovendo igualdade e acesso a recursos básicos, financeiros, propriedades e administração de terras para as pessoas que se encontram em vulnerabilidade e pobreza, buscando medidas para proteger os pobres diante de desastres econômicos, ambientais e sociais. Ademais, assegurar recursos de diversas fontes, acobertando países em desenvolvimento e os menos desenvolvidos, a fim de realizar programas e políticas para o fim da pobreza.

Além das políticas feitas pelos países para atingir as metas dessa ODS 1, existem órgãos não-governamentais que trabalham para combater a pobreza, por meio de projetos sociais que alcançam comunidades em situação de vulnerabilidade, segundo Fischer e Falconer (1998) o terceiro setor surge como uma solução para contornar as limitações da administração pública, promovendo uma gestão mais eficiente dos serviços públicos. Um exemplo são as igrejas, que frequentemente oferecem recursos básicos e apoio a pessoas em situação de risco social.

Essa realidade pode ser observada no município de Caruaru, em Pernambuco, onde há diversas comunidades carentes vivendo em condições precárias. Além das pessoas em situação de rua, existem famílias que ocupam espaços abandonados, como o antigo prédio da CAGEP (Companhia de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco), atualmente desativado e transformado em moradia por famílias pobres.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto das ações sociais voltadas à população em situação de vulnerabilidade, realizada na comunidade da CAGEP. Essas ações são promovidas pela Igreja A Ponte, com o projeto denominado O Portal, implementado em 2020, com objetivo oferecer suporte para as famílias dessa comunidade, oferecendo acesso à educação, cestas básicas e outras atividades de inclusão social.

1.2 DELIMITAÇÃO DE TEMA

O estudo será delimitado à análise da atuação do projeto “O Portal”, da Igreja A Ponte, direcionado à comunidade da CAGEP, em Caruaru, entre os anos de 2020 e 2024. A

investigação se concentra na avaliação do impacto social das ações promovidas pela igreja, considerando as metas estabelecidas pelo ODS 01.

1.3 PROBLEMA DA PESQUISA

Quais impactos sociais o projeto “O Portal”, realizado pela Igreja A Ponte, gerou na comunidade da CAGEP em Caruaru, e como suas ações contribuem para o alcance das metas do ODS 01?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos sociais do projeto “O Portal”, promovido pela Igreja A Ponte, na comunidade da CAGEP, em Caruaru, de acordo com as metas do ODS 01 – Erradicação da Pobreza.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar as ações realizadas pelo projeto “O Portal” desde sua criação.
- Compreender a percepção dos moradores beneficiados sobre as mudanças ocorridas em suas vidas.
- Verificar em que medida as ações do projeto estão alinhadas com as metas do ODS 01.
- Refletir sobre a importância da atuação de instituições religiosas no enfrentamento da pobreza.

1.5 JUSTIFICATIVA

Este estudo se justifica pela importância da temática da erradicação da pobreza, um desafio global que se mostra de formas diferentes em determinados contextos locais, principalmente quando o alcance do governo é limitado em algumas localidades. Assim, a intervenção de organizações da sociedade civil torna-se fundamental, desempenhando um papel essencial nas ações que promovem os direitos básicos e a dignidade humana.

Além disso, segundo pesquisa realizada na plataforma do SPELL, não há estudos nos últimos 10 anos, voltados à relação entre instituições religiosas e a ODS 1, por essa ausência em específico na região de Pernambuco, em Caruaru, este estudo contribuirá para o avanço científico. O mesmo pode ajudar a embasar a formulação de políticas públicas, demonstrando

como iniciativas comunitárias podem contribuir de forma estratégica contra a pobreza extrema. Dessa forma, é de grande importância e relevância a discussão sobre essa temática.

A escolha do tema veio também pelo interesse de compreender a significância que as instituições não-governamentais, como a igreja, possuem ao promover inclusão social e melhoria da qualidade de vida dessas pessoas em vulnerabilidade social. A análise das ações do projeto “O Portal” concede uma oportunidade para entender como tais iniciativas demonstram que a erradicação da pobreza é uma meta que demanda esforços que abrangem diferentes setores da sociedade.

A experiência da Igreja A Ponte, com o projeto “O Portal”, constitui um caso concreto de intervenção social cujos resultados merecem ser analisados de forma aprofundada, tanto pela possibilidade de replicação quanto pela contribuição à reflexão sobre os meios de alcançar as metas dos ODS. O projeto ao intervir diretamente na comunidade da CAGEP, auxilia de forma prática a percepção de como os projetos autônomos têm poder de ação em meio a essa problemática e como eles fazem a diferença na própria comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza absoluta é compreendida como a ausência de condições mínimas para garantir a sobrevivência. Rodrigues et al. (2021) definem-na como a falta de necessidades básicas, envolvendo não apenas renda, mas também habitação, alimentação adequada, vestimenta e acesso a bens materiais e benefícios trabalhistas. Para a mensuração desse nível mínimo, costuma-se calcular o custo de itens essenciais no mercado local, gerando um valor que representa a renda necessária para adquiri-los (Crespo; Gurovitz, 2002).

Já a pobreza relativa refere-se à comparação social entre indivíduos ou grupos. Segundo Townsend (1979), ela ocorre quando pessoas não conseguem manter padrões de vida considerados aceitáveis em sua sociedade, ficando impossibilitadas de acessar recursos como boa nutrição, participação em atividades sociais e condições básicas de moradia. Nesse mesmo sentido, Crespo e Gurovitz (2002) destacam que a pobreza relativa expressa as desigualdades entre indivíduos, levando em conta os padrões sociais estabelecidos em determinado contexto.

Para além da perspectiva econômica, autores defendem que a pobreza deve ser entendida de maneira multidimensional. Lacerda (2009) explica que essa abordagem considera aspectos sociais, políticos e econômicos, sem excluir a dimensão monetária, mas buscando uma visão mais integrada. Moura Jr. et al. (2014) reforçam que a pobreza multidimensional permite compreender de forma mais ampla as privações que afetam os indivíduos, estando alinhada à chamada abordagem das capacitações proposta por Sen (2000). Nesse contexto, são utilizados indicadores compostos que reúnem fatores distintos, mas integrados, para análise do fenômeno (Soares, 2009).

Apesar de relacionados, pobreza e desigualdade social não são sinônimos. Silva e Barros (2002) explicam que a desigualdade decorre da distribuição assimétrica de oportunidades e posições dentro da estrutura produtiva, enquanto a pobreza se refere à privação de recursos essenciais, como alimentação, moradia e saúde (Crespo; Gurovitz, 2002).

A exclusão social, por sua vez, manifesta-se como reflexo das desigualdades estruturais, quando determinados grupos não possuem acesso aos recursos necessários para participar plenamente da sociedade (Rodrigues et al., 2021). Nessa perspectiva, Pereirinha (1994) diferencia os conceitos: enquanto a pobreza evidencia a escassez de recursos mínimos

para a sobrevivência, a exclusão social enfatiza os aspectos relacionais, ligados à inadequada integração e participação social.

Dessa forma, a pobreza pode ser vista como um dos principais fatores de exclusão social, por afetar diretamente o desenvolvimento humano. A carência de recursos está associada a baixos níveis de educação, saúde e renda, o que compromete a dignidade e limita as possibilidades de participação ativa na sociedade. Superar a pobreza, portanto, não significa apenas suprir a falta econômica, mas criar condições para que todos desenvolvam suas capacidades e exerçam plenamente sua cidadania, promovendo um desenvolvimento humano mais inclusivo e sustentável.

2.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO E INDICADORES SOCIAIS

O desenvolvimento humano é entendido como um processo voltado para a ampliação das liberdades e oportunidades das pessoas, permitindo que elas possam realizar escolhas e alcançar seus objetivos de vida. Diferencia-se, portanto, de abordagens puramente econômicas, nas quais o desenvolvimento é frequentemente medido apenas por indicadores de renda e produção (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2025).

Nessa mesma perspectiva, Mahbub UI Haq (2007), argumenta que o desenvolvimento tem como finalidade gerar um espaço para que as pessoas possam crescer, ter boas condições de vida e de forma saudável. Ele traz uma perspectiva ao diferenciar o pensamento do desenvolvimento econômico para o do desenvolvimento humano, no qual um foca apenas na renda e outro busca, de forma abrangente, outras alternativas como a cultura, o recurso, questões políticas e sociais.

Assim que o desenvolvimento humano passou a ser compreendido como um agente de mudanças sociais e econômicas, surgiu a necessidade de descobrir como mensurá-lo (Siedenberg, 2003). Tradicionalmente, utilizava-se o Produto Interno Bruto (PIB) como referência, indicador empregado pelo IBGE desde 1990 para medir o desempenho nacional (Souza et al., 2015)., o IBGE explica que “O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano”. Siedenberg (2003) explica que, a mensuração pelo PIB passou a não atender todos os pontos, visto que analisar um país apenas pelo seu crescimento econômico não abrangia o desenvolvimento por completo. O IBGE também argumenta que:

O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo (IBGE, 2025).

De acordo com Jannuzzi (2006), até então, utilizado como referência para medir o desenvolvimento do país, o PIB demonstrava ser uma métrica cada vez menos eficaz para expressar a qualidade de vida da população. De frente a essa situação, foi dado início a uma busca de conhecimentos para produzir meios de medir o desenvolvimento humano. Nesse contexto, emergiu o chamado “Movimento de Indicadores Sociais”, especialmente a partir da década de 1960, quando órgãos governamentais passaram a produzir relatórios sociais e a buscar métricas mais amplas. Para Jannuzzi (2006, p. 15), um indicador social é “um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.”

Dentro das diversas classificações de indicadores sociais, Jannuzzi (2006, p.22) explica que, existem os indicadores compostos, conhecidos também de indicadores sintéticos ou índices sociais, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um Índice social, composto pela combinação de indicadores básicos nas áreas de saúde, educação e renda. Guimarães e Jannuzzi (2005) explica também que:

O IDH é um índice que busca mensurar o nível de desenvolvimento de um país da perspectiva mais ampla do que a simples relação entre o produto interno bruto e a população. Para tanto, incorpora as dimensões longevidade e educação, combinadas mediante um procedimento aritmético simples.

Outros indicadores também contribuem para a compreensão do desenvolvimento humano. O Índice de Gini, formulado por Corrado Gini, mede a desigualdade de renda, variando de 0 (igualdade perfeita) a 1 (desigualdade extrema). Keeley (2015) observa que o cálculo se baseia na Curva de Lorenz, enquanto o IPECE (2015) ressalta que o índice pode ser aplicado não apenas à renda, mas também à concentração de terra, riqueza e outros recursos. Outro exemplo relevante é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), fundamentado nos trabalhos de Amartya Sen (2000) sobre privações em múltiplas dimensões. Conforme Fabel et al. (2016), o IPM atribui uma pontuação de privação a cada indivíduo, variando de 0 a 1, a partir da soma ponderada das privações em saúde, educação e padrão de vida, classificando como pobres aqueles que acumulam um nível crítico de carências.

Dessa forma, os indicadores sociais passaram a desempenhar papel central na análise do desenvolvimento humano, pois possibilitam compreender realidades complexas a partir de

múltiplas dimensões. Mais do que mensurações estatísticas, representam instrumentos de formulação de políticas públicas voltadas à equidade. Além disso, dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao buscar erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e promover o bem-estar, reafirmando que o verdadeiro desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico, mas envolve a garantia de direitos e oportunidades para todos.

2.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030

A cúpula do Milênio foi o evento que reuniu os grandes chefes de Estado globais, em setembro de 2000, na sede da ONU em Nova York, com objetivo de firmar o compromisso e a cooperação entre as nações, desenvolver parceiros e consolidar as metas alcançáveis de melhoria e desenvolvimento global. Esses objetivos visavam promover a dignidade, equidade e igualdade, metas essas mensuráveis no prazo de alcance em até 15 anos, para isso foram definidos 08 (oito) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotados pelos Estados-membros da ONU através da declaração do Milênio. A nova estrutura de governança internacional orientada ao desenvolvimento mundial, gerou um vínculo de comprometimento e acompanhamento periódico dos resultados (ONU, 2000).

A partir do conhecimento adquirido com ODM, o novo encontro mundial, que ocorreu em 2015, na sede ONU em Nova York, escalam a construção dos novos objetivos diante as problemáticas do momento e as metas não alcançadas da última cúpula, assim ampliando e adequando para 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, conhecida como Agenda 2030. O conceito das ODS visa integrar as dimensões sociais, econômicas e ambientais, incluindo temas atuais como consumo responsável e mudanças climáticas, mantendo o compromisso com a paz, justiça e a centralidade do combate à pobreza, como citado no documento oficial da Agenda 2030 “[...] Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.” (ONU, 2015)

De acordo com a ONU (2015), existem bilhões de cidadãos que vivem em condições de vulnerabilidade social se enquadrando em características de pobreza extrema, diante disso, a ODS 1 tem o objetivo da erradicação da pobreza, compreendendo a multidimensionalidade da pobreza e suas características específicas em cada país, através de 07 (sete) metas que são:

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis ao gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

Considerando que a pobreza não se limita à ausência de recursos materiais, mas é marcada por múltiplas privações econômicas, sociais e culturais, que impedem a plena participação das pessoas na vida social (Rodrigues, et al., 2021, p 64-66), a erradicação da pobreza é tratada pela Agenda 2030 como condição indispensável para o alcance dos demais objetivos. Nesse sentido, o alcance das metas como educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), trabalho decente (ODS 8), saúde e bem-estar (ODS 3), redução das desigualdades (ODS 10) e paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) depende diretamente da superação das condições de pobreza e de suas consequências sobre a vulnerabilidade social. No Brasil, embora tenham ocorrido avanços pontuais nas últimas décadas, os indicadores de pobreza ainda revelam profundas desigualdades socioeconômicas e regionais, segundo o IBGE (2024) entre 2022 e 2023, a porcentagem da população abaixo da linha da pobreza é de 27,4%, marcada como a menor desde 2012, porém vindo de forma

numérica ainda se encontram nessa situação de vulnerabilidade 59 milhões de pessoas. No estado de Pernambuco, no ano atual foi publicado pelo Diário de Pernambuco (2025), uma pesquisa realizada pelo IBGE, onde 40,3% da população do Estado se encontra em situação de pobreza e 6,3% estão na linha da extrema pobreza, números que refletem elevados índices de vulnerabilidade social, especialmente em áreas do interior. No município de Caruaru, polo econômico do Agreste pernambucano, a realidade também é desafiadora: o Cadastro Único (2022) registra 50.797 mil famílias em situação de pobreza.

Diante da centralidade da ODS 1, torna-se essencial compreender como a Agenda 2030 vem sendo materializada em diferentes escalas territoriais. No caso brasileiro — e, em particular, no estado de Pernambuco e no município de Caruaru —, o acompanhamento das políticas públicas e dos indicadores sociais revela tanto avanços quanto limitações no enfrentamento da pobreza, o que reforça a relevância de estudos que analisem práticas locais voltadas para o alcance das metas globais.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL

A trajetória das políticas públicas de combate à pobreza no Brasil passou por significativas transformações desde a Constituição de 1988, houve maior reconhecimento da assistência social como um direito para a população, onde foi criado programas sociais como por exemplo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e com isso surgiram debates sobre renda mínima que deram espaço para os programas de transferência de renda condicionada (TRC) no Brasil, com objetivo de alcançar a população mais pobre, como os programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Mas para melhor organização, em 2003, o governo Federal lançou o Programa Bolsa Família, unificando as iniciativas existentes sob uma única gestão e aumentando sua cobertura (Soares; Sátyro, 2009).

Soares e Sátyro (2009), argumenta que “Embora o Programa Bolsa Família tenha sido criado apenas em 2003, sua criação é consequência de uma trajetória particular em políticas de proteção social seguida pelo Brasil nos últimos 40 anos [...]”. Dessa forma a tabela abaixo mostrará a trajetória dos programas sociais no Brasil e seus objetivos.

Quadro 1 - Programas de transferência de Renda

Programa	Finalidade	Público-Alvo	Benefício	Legislação
Renda Mensal Vitalícia (RMV) - 1974 Extinto em 1/1/1996 com a criação do BPC, mas continuou sendo pago a quem já tinha direito adquirido.	Assegurar às pessoas com 70 anos ou mais e às pessoas com invalidez o benefício à renda mensal vitalícia instituída pela Lei 6.179/74.	Pessoa com 70 anos ou mais ou com invalidez, que tenha contribuído à Previdência por pelo menos 12 meses ou trabalhado por mais de 5 anos sem cobertura previdenciária.	1 salário mínimo mensal.	<ul style="list-style-type: none"> •Lei nº 6.179, de 11/12/1974; •Lei nº. 8.742, de 7/12/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS).
Benefício por Prestação Continuada (BPC) - 1996	O benefício é uma renda mensal para idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência sem meios de sustento, garantindo sua cidadania.	Pessoa idosa com 65 anos ou mais ou pessoa com deficiência incapaz de trabalhar e viver de forma independente, desde que a renda familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo.	1 salário mínimo mensal.	<ul style="list-style-type: none"> •Arts. 203 e 204 da CF/88; •art. 20 da Lei nº 8.742, de 7/12/1993; •art. 34 da Lei nº 10.741, 1/10/2003; •Resolução CNAS nº 130, de 15/07/2005; •Resolução CNAS nº. 145, de 15/10/2004.
Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - 1997	Proteger crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, permitindo apenas a partir dos 14 anos como aprendizes.	Crianças e adolescentes menores de 16 anos não devem trabalhar, exceto como aprendizes a partir dos 14 anos.	Famílias na área urbana: R\$40,00 mensal por criança/adolescente Famílias na área rural: R\$25,00 mensal por crianças/adolescente.	<ul style="list-style-type: none"> • Arts. 203 e 204, CF/88; • Lei nº. 8.742, de 7/12/1993; • Lei nº. 8069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente). •Portaria nº. 458, de 4/10/2001; •Portaria nº. 666, de 28/12/05 (Integração PETI/ Bolsa Família).
Agente Jovem- 2001	Resgatar jovens em risco social, promovendo sua volta à escola, entrada no mercado de trabalho e transformação de sua comunidade.	Jovens de 15 a 17 anos de idade em situação de vulnerabilidade social.	Benefício mensal de R\$65,00.	<ul style="list-style-type: none"> • Arts. 203 e 204, CF/88; • Lei nº. 8.742, de 7/12/1993; • Portaria nº879, de 3/12/2001.

Programa	Finalidade	Público-Alvo	Benefício	Legislação
Bolsa Escola (BES) - 2001	Garantir renda mínima a famílias carentes com filhos de 6 a 15 anos matriculados e frequentando o ensino fundamental, ajudando a reduzir a repetência e evasão escolar.	Famílias com renda mensal per capita de até R\$90,00 e com crianças e/ou adolescentes em idade escolar, entre 7 e 15 anos.	Benefício mensal de R\$15,00 por cada criança/adolescente, limitado a três benefícios por família (R\$45,00).	<ul style="list-style-type: none"> • Art. 227 e Emenda Constitucional 31, de 13/12/2000 da CF/88; • Lei nº. 8069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente); • Lei 10.219, de 12/04/2001; • Decreto nº. 38, de 28/05/2001.
Bolsa Alimentação (BAL) - 2001	Combater a desnutrição e promover as condições de saúde de crianças, gestantes e nutrízes	Famílias com renda mensal per capita de até R\$90,00 com presença de gestantes, nutrízes e crianças entre 0 e 6 anos e onze meses de idade.	Benefício mensal de R\$ 15,00 por cada criança, limitado a três benefícios por família (R\$ 45,00)	<ul style="list-style-type: none"> • Medida Provisória nº. 2.206, de 10/08/2001; • Portaria nº. 1.770, de 20/09/2001; • Decreto nº. 3.934, de 20/09/2001.
Auxílio Gás - 2002	Subsidiar o preço do gás liquefeito de petróleo - GLP (gás de cozinha) às famílias de baixa renda	Família com renda per capita de até meio salário mínimo, inscrita no Cadastro Único ou beneficiária dos programas Bolsa Escola ou Bolsa Alimentação.	Benefício de R\$15,00 a cada dois meses para a família.	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.453, de 13/05/2002; • Decreto nº 4.102, de 24/01/2002; • Decreto nº 6.392, de 12/03/2008.
Tarifa Social - 2002	Famílias de baixa renda com consumo de até 220 kWh/mês recebem descontos na conta de luz, variando de 10% a 65%. Famílias indígenas e quilombolas têm até 100% de desconto se inscritas no Cadastro Único. Acima de 220 kWh/mês, não há desconto.	Famílias de baixa renda, indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que têm consumo mensal de energia elétrica dentro dos limites estabelecidos para os descontos.	As famílias recebem descontos na conta de luz que variam de 10% a 100%, conforme o consumo mensal de energia.	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.438. A regulamentação do benefício foi feita por meio da Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583/2011.
Programa Cartão Alimentação (PCA) - 2003	Oferta de recursos financeiros para compra de alimentos, visando melhorar a qualidade de vida da comunidade.	Família com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.	Benefício de R\$50,00 mensal pago à família.	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.689, de 13/6/2003; • Decreto nº 4.675, de 16/04/2003.

Programa	Finalidade	Público-Alvo	Benefício	Legislação
Bolsa Família (PBF) - 2003	Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e extremamente pobres por meio de transferência direta de renda.	Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ R\$ 60,00	Benefício mensal básico de R\$58,00 e variáveis de R\$18,00, limitado a três benefícios por família.	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.836, de 9/1/ 2004 • Decreto nº.5.209, de 17/09/2004; • Decreto nº 6.135, de 26/06/2007 • Decreto nº 6.157, de 16/07/2007; • Decreto nº 5.749, de 11/04/2006
Auxílio Emergencial - 2020	Apoio financeiro instituído com o objetivo de assegurar uma renda básica aos brasileiros em condição de vulnerabilidade social durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19.	Brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19, trabalhadores sem emprego formal, com baixa renda, que não recebam outros benefícios federais (exceto Bolsa Família), e que sejam MEIs, autônomos ou informais.	Benefícios de R\$ 600,00 no período de três meses. Cada família pode ter até dois beneficiários.	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 • Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020 • Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021 • Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 • Decreto nº 10.990, de 9 de março de 2022 • Portaria MC nº 806 de 17 de agosto de 2022
Auxílio Brasil - 2021 Extinto desde 2023, quando entrou em vigor novamente o Bolsa Família	O benefício oferecido é a garantia de renda para reduzir a pobreza e extrema pobreza, além do acesso a serviços e programas do SUAS para superar vulnerabilidades sociais.	Direcionado a famílias com renda per capita de até R\$ 210,00, sendo até R\$ 105,00 consideradas em extrema pobreza e entre R\$105,01 e R\$210,00 em situação de pobreza.	O valor médio é de R\$607,88. Além do benefício principal, há valores complementares pagos de acordo com os perfis das famílias.	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de criação do PAB: Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 • Decreto regulamentador do PAB: Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021 • Decreto nº 11.013, de 29 de março de 2022 • Portaria de Gestão de Benefícios: Portaria MC nº 746, de 3 de fevereiro de 2022 • Portaria de Gestão de Condicionalidades: Portaria MC nº 766, de 20 de abril de 2022

Programa	Finalidade	Público-Alvo	Benefício	Legislação
				<ul style="list-style-type: none"> •Portaria do IGD: Portaria MC nº 769, de 29 de abril de 2022 •Portaria do Termo de Adesão: Portaria MC nº 773, de 5 de maio de 2022 •Instrução normativa sobre identificação de gestantes: Instrução Normativa Conjunta nº 1/SEDS/SENARC/MC, de 4 de março de 2022

Fonte: A Autora adaptado de (Caderno SUAS, 2008)

Podemos ver o impacto desses programas pelo quantitativo de famílias que são alcançadas por eles, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal (2025) o BPC tem mais de 4,7 milhões de beneficiários. A Tarifa Social assistiu mais de 17,4 milhões de famílias em todo o Brasil, até o ano de 2024, de acordo com a notícia publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (2025). Em 2022, enquanto o Auxílio Brasil ainda está em vigor, ele tinha 21,6 milhões de famílias beneficiadas, dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2022). E o Auxílio Emergencial atingiu 67,9 milhões de cidadãos conforme Serviço e Informações do Brasil (2020).

Sobre os programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, informado pelo MDS (2006), houve uma unificação dos programas ao Bolsa Família é explicado que:

Em 2003, o Programa Bolsa Escola se vinculou ao Programa Bolsa Família (PBF). Com a integração, foi preciso acrescentar novas informações àquelas que formavam a base de dados do antigo programa. Como a base de dados do Cadastro Único de Programas Sociais é mais complexa e detalhada, a complementação tornou-se imprescindível. A inserção das novas informações permite que famílias beneficiárias dos programas remanescentes (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação) possam migrar para o PBF.

De acordo com a Secretária de Comunicação Social (2025), mais de 19.6 milhões de famílias estão recebendo o BF, sendo feito o atendimento aos 5.570 municípios do Brasil, no Nordeste são contemplados pelo benefício 9,07 milhões e em Pernambuco são assistidas 1.523.850 famílias e em Caruaru são beneficiadas 49,5 mil famílias. Segundo Weissheimer (2006), o Bolsa Família é uma política pública de transferência direta de renda voltada para

famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Seu objetivo vai além da ajuda financeira, mas busca junto a isso dar acesso a direitos sociais como educação, saúde e alimentação. O programa é gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), junto dos Estados e Municípios, no qual as prefeituras ficam encarregadas pelo cadastro e atualização dos dados das famílias no Cadastro Único e verificar se as condições para o acesso ao benefício estão sendo cumpridas. Weissheimer (2006) diz que “O Bolsa Família tem dois objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres.”

De acordo com a ONU (2012), em uma avaliação realizada pelo Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares e a empresa Datamétrica junto com a PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o programa BF apresentou resultados positivos sendo eles: melhoria nas condições de moradia, maior expectativa em relação ao bem-estar familiar, elevação da presença e desempenho das crianças, adolescentes e jovens na escola e entre outros. Apesar de seus avanços, o programa BF ainda enfrenta desafios, Weissheimer (2006, p. 36) aponta que “a concessão irregular de benefícios deve-se a dois fatores: problemas de atualização de cadastro e irregularidades envolvendo a esfera local do poder público.”

De acordo com o Diário de Pernambuco (2023) em Pernambuco, há programas sociais como o Pernambuco sem Fome, que engloba os programas Bom Prato, que busca assegurar a alimentação adequada a população que não tem fácil acesso a comida saudável, onde é distribuído refeições para as famílias cadastradas no CadÚnico por meio de cozinhas comunitárias que estão em todo o Estado, e o programa Mães de Pernambuco destinado às mães de crianças até 06 anos, que fazem parte das famílias de maior vulnerabilidade social do Estado de Pernambuco, também cadastradas no CadÚnico, recebem o valor de R\$300,00 mensais.

Embora o governo brasileiro desenvolva diversos programas de enfrentamento à pobreza, nem sempre alcançam todas as comunidades carentes, então surge a atuação da sociedade civil, para complementar as ações governamentais e atua onde o poder público não consegue chegar, mostrando a importância de suas iniciativas no combate à pobreza, e ajudando a atingir as metas da ODS 01 da Agenda 2030.

2.5 A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE À POBREZA

As organizações não-governamentais (ONGs), igrejas e movimentos sociais, traçaram um papel importante no combate à pobreza no Brasil, a assistência social era compreendida primeiramente como caridade, solidariedade ou filantropia, antes mesmo da Constituição Federal de 1988 que transformou a proteção social em um direito garantido por lei, desde então, ela deixou de ser vista como caridade e passou a ser obrigação do Estado para com o cidadão (Garcia, 2013, p. 7-8).

Segundo Falconer (1999) as entidades de base religiosas foram uma das principais responsáveis em promover auxílio a população em estado de vulnerabilidade social, seguido do surgimento das ONGs, com o fortalecimento da sociedade civil organizada e ampliando assim a concepção de assistência à comunidade.

As organizações que compõem o terceiro setor evidentemente não são novas. Têm-se no Brasil, como exemplos tradicionais deste setor, as Santas Casas de Misericórdia e as obras sociais, e, como representantes mais recentes, as organizações não-governamentais resultantes dos novos movimentos sociais que emergem a partir dos anos setenta. (Falconer, 1999, p. 4)

No Brasil, por exemplo, a Cáritas Brasileira e o Exército de Salvação, tem atuado de forma reconhecida com programas de combate à fome e promoção da dignidade humana. A Cáritas Brasileira tem um projeto denominado Sumaúma: Nutrindo Vidas, onde oferecem refeições diárias para brasileiros e imigrantes em situação de vulnerabilidade na cidade de Boa Vista, Roraima. Apesar de ter sido cortado o maior mantenedor financeiro do projeto que vinha dos Estados Unidos, em 12 de maio, eles retornaram de forma parcial, servindo almoço para cerca de 900 pessoas no primeiro dia, com intuito de continuar garantindo o direito à alimentação adequada para a comunidade carente. (Cáritas Brasileiras, Organismo da CNBB, 2025)

Nas igrejas do Exército de Salvação, existem os Ministérios de Cuidado Comunitário (MCC), que tem como lema “uma porta aberta para a comunidade” tem como objetivo o amparo às comunidades locais pobres, buscando fornecer apoio às necessidades básicas, suas ações práticas são a entrega de kits de higiene, roupas, cobertores, bem como a distribuição de alimentos para as famílias, em Campinas/ SP, no relatório anual de 2024, mais de 90 famílias são assistidas com entrega de frutas, legumes e verduras. (Exército de Salvação, 2024, p. 11)

Aqui em Caruaru, temos o Portal que é uma instituição privada sem fins lucrativos, fundada pela Igreja A Ponte, que adotou a comunidade da CAGEP e atua como agente de transformação social. O Portal oferece atendimento por meio de um “Núcleo de Cuidado”, também desenvolve diversos projetos como, aulas de ballet, jiu-jitsu, reforço escolar,

capacitação profissional para jovens e adultos, bem como distribuição de cestas básicas como forma de garantir segurança alimentar aos atendidos. (O Portal Caruaru, 2025). Com base nas informações apresentadas, cabe o questionamento de quais impactos sociais gerados na comunidade da CAGEP por meio do projeto “O Portal” e suas contribuições direta para o alcance das metas do ODS 01.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO E ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender os significados e percepções atribuídos pelos sujeitos às ações do projeto *O Portal* e seus impactos na comunidade da CAGEP, em Caruaru-PE. Segundo Merriam e Tisdell (2015), a pesquisa qualitativa é adequada quando o foco está na compreensão de experiências e interpretações humanas em contextos reais. Flick (2009) reforça que essa abordagem se fundamenta na análise dos processos sociais e das relações construídas entre os participantes, permitindo explorar dimensões subjetivas e simbólicas que não podem ser expressas quantitativamente.

Assim, o estudo insere-se no paradigma interpretativista, que reconhece o papel ativo dos sujeitos na construção da realidade social. A pesquisa busca compreender, de forma aprofundada, como as ações do projeto *O Portal* contribuem para transformar as condições de vida dos moradores e fortalecer práticas comunitárias voltadas à redução da pobreza, em consonância com as metas do ODS 1 – Erradicação da Pobreza.

3.2 NATUREZA E DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo é de natureza aplicada, por visar à produção de conhecimento útil à melhoria das práticas sociais e de gestão comunitária, e apresenta caráter exploratório e descritivo. É exploratório por investigar um fenômeno ainda pouco estudado no contexto local, e descritivo por buscar caracterizar percepções e experiências vivenciadas pelos participantes.

Conforme Flick (2009), a pesquisa qualitativa é apropriada quando se pretende compreender fenômenos sociais em profundidade, explorando significados, atitudes e relações sociais em contextos específicos. Essa abordagem permite captar nuances e complexidades presentes nas vivências dos moradores beneficiados pelo projeto.

3.3 CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

O campo empírico é a comunidade da CAGEP, situada em Caruaru-PE, composta por famílias em situação de vulnerabilidade social que passaram a ser atendidas, desde 2020, pelo projeto *O Portal*, desenvolvido pela Igreja A Ponte. O projeto promove ações como doação de cestas básicas, reforço educacional e atividades de inclusão social. A escolha desse campo se

justifica pela relevância social e pela conexão direta com as metas do ODS 1, especialmente no que se refere à redução da pobreza e ampliação do acesso a recursos básicos.

3.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes foram selecionados por forma intencional, conforme orientam Merriam e Tisdell (2015), considerando sujeitos que possuem envolvimento direto com o projeto. Serão incluídos moradores beneficiados, voluntários e coordenadores do projeto *O Portal*, buscando contemplar diferentes perspectivas sobre os impactos sociais. O número de entrevistas foi determinado pelo critério de saturação teórica (Flick, 2009), ou seja, quando as respostas começarem a se repetir e novas informações deixarem de surgir. Portanto, foram 11 entrevistados.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para captar percepções e significados de forma aberta, mas orientada por um roteiro prévio. As entrevistas abordaram as ações desenvolvidas pelo projeto, as mudanças percebidas pelos beneficiários e a contribuição dessas ações para a melhoria das condições de vida na comunidade. Foram gerados três protocolos de entrevistas: moradores, coordenadores, voluntários e os pastores da Igreja A Ponte. (Os protocolos estão disponíveis no apêndice A)

As entrevistas foram presenciais, com horário e local definidos em comum acordo com os participantes. Todas as conversas foram gravadas em áudio, mediante consentimento, e posteriormente transcritas integralmente para análise. Essa técnica, conforme Merriam e Tisdell (2015), permite captar as narrativas com riqueza de detalhes e garantir fidelidade às falas dos entrevistados.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados seguiu o método de análise qualitativa temática, conforme Minayo (2012), que envolve três etapas principais:

1. **Leitura e ordenação dos dados**, com o objetivo de familiarizar-se com o material coletado;

2. **Classificação e categorização**, agrupando as falas em temas ou unidades de significado;
3. **Análise interpretativa**, em que os resultados são discutidos à luz do referencial teórico.

As categorias de análise foram elaboradas a partir dos objetivos específicos e dos temas emergentes das entrevistas, permitindo compreender como os participantes percebem os impactos sociais do projeto *O Portal*, como demonstrado no Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 - Categorias de análise

Categorias
Desafios para a sustentabilidade e ampliação do projeto social
Transformações educacionais e comportamentais das crianças e adolescentes atendidos pelo Portal
Melhoria das condições de vida e fortalecimento do cuidado comunitário
Fé, missão religiosa e sentido do engajamento social
Contribuições do Projeto O Portal para o ODS 1 e metas associadas

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

3.7 TÉCNICA DE ANÁLISE UTILIZADA

Para o tratamento dos dados produzidos nas entrevistas, optou-se pela análise temática, entendida como um conjunto de procedimentos que busca identificar, organizar e interpretar padrões de sentido (temas) presentes em um corpus de dados qualitativos (Souza, 2019). O processo de categorização partiu, simultaneamente, dos objetivos específicos da pesquisa e das falas recorrentes dos entrevistados, permitindo um movimento de ida e volta entre teoria e empiria. Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante das transcrições, seguida de um processo de codificação aberta, no qual trechos significativos foram destacados e associados a núcleos de sentido. Em seguida, esses códigos foram agrupados em categorias temáticas, que sintetizam aspectos centrais da experiência de moradores, voluntários, coordenadores e pastores em relação ao Projeto O Portal e à realidade de pobreza vivida na comunidade da CAGEP.

Assim, as categorias não foram definidas de forma puramente a priori, nem exclusivamente indutiva. Elas resultam de um diálogo entre os objetivos da pesquisa – que envolvem compreender ações do projeto, percepções de mudança, alinhamento com a ODS 1 e o papel da instituição religiosa – e as regularidades discursivas que emergiram nas entrevistas. Esse procedimento é coerente com abordagens de análise temática que

consideram tanto categorias derivadas da literatura quanto categorias emergentes do campo (Minayo, 2012), e permite aproximar os achados empíricos de referenciais como a pobreza multidimensional (Sen, 2000), o desenvolvimento humano, o terceiro setor e a atuação das instituições religiosas na esfera social.

3.8 CATEGORIAS TEMÁTICAS E BREVES DEFINIÇÕES

A análise resultou na organização do material em cinco grandes categorias:

1. **Desafios para a sustentabilidade e ampliação do projeto social**

Reúne falas sobre limitações e dificuldades enfrentadas pelo Projeto O Portal – falta de voluntários, carência de recursos financeiros, demandas complexas de saúde mental, baixa adesão de algumas famílias e carências estruturais da comunidade (moradia, saneamento, ausência estatal).

Falas ilustrativas

- Sobre a falta de voluntários e de estrutura para ampliar o atendimento:

“Com a maior dificuldade no reforço, porque a gente precisa de professores e voluntários.” (Entrevistado 01)

“A falta de voluntários é o principal ponto, é o maior desafio daqui.” (Entrevistado 03)

- Sobre a demanda por profissionais especializados e saúde mental:

“Hoje mesmo a gente sente a necessidade de ter psicólogos, que hoje o déficit de crianças com problema, TDAH, autismo, enfim, é grande.” (Entrevistado 01)

- Sobre limites materiais e de infraestrutura da comunidade:

“Na comunidade da CAGEP não tem água encanada. Nem saneamento básico.” (Entrevistado 01)

- Sobre a dificuldade de engajar algumas famílias:

“Como eles estão sofrendo em uma situação vulnerável há muito tempo, às vezes eles ficam anestesiados.” (Entrevistado 05)

2. **Transformações educacionais e comportamentais das crianças e adolescentes atendidos pelo Portal**

Engloba relatos de mudanças no desempenho escolar, na alfabetização, na disciplina, no comportamento e na autoestima de crianças e adolescentes a partir da participação em atividades do Portal, bem como a ampliação de sonhos e expectativas de futuro.

Falas ilustrativas

- Sobre as melhorias e evoluções no comportamento das crianças:

“A gente pegou elas muito ariscas, muito rebeldes, desobedientes, hoje ainda tem, mas elas evoluíram muito nessa questão comportamental.” (Entrevistado 03)

“Antes do Portal eram crianças violentas, [...], e até que o Portal teve um trabalhozinho com eles no começo. Agora estão mais tranquilos.” (Entrevistado 07)

“Melhorou muito. Na criação e tudo.” (Entrevistado 10)

- Sobre avanços no âmbito educacional das crianças e dos adolescentes:

“A gente notava, eles mesmo assim, crianças não sabiam ler, e com o passar do tempo, graças a Deus, já estão conseguindo ler.” (Entrevistado 01)

“tinham quatro a cinco meninas nessa faixa etária, de 14 a 15 anos, que não sabiam ler e escrever. E hoje elas sabem ler e escrever.” (Entrevistado 02)

“Individualmente, a gente percebe as crianças, tem uma evolução muito grande em relação ao estudo, com o reforço escolar, Tem crianças que passaram em colégio técnico, as que já são adolescentes, eles têm evoluído no esporte.” (Entrevistado 04)

“Questão de coisas que a gente não poderia dar o Portal ajuda de nós. O Portal ajuda a nós sobre educação.” (Entrevistado 07)

- Sobre mudanças de perspectivas sobre a vida e o futuro:

“Porque até então a vida deles era só aquele dali, era só o que tinha em volta deles, que infelizmente é crime, tráfico, bebida, então, é algo que pra eles é normal. Então, eles enxergam que existe algo além disso, que eles podem ter qualidade de vida, que eles podem ter trabalho, que eles podem ter renda” (Entrevistado 04)

“Eles começam a perceber que eles também podem alcançar as coisas. Eles não ficam mais limitados naquela visão que eles tinham da comunidade, para eles é apresentado um mundo novo.” (Entrevistado 05)

3. Melhoria das condições de vida e fortalecimento do cuidado comunitário

Agrupa trechos que evidenciam o impacto do projeto nas condições materiais e

relacionais de vida das famílias – especialmente em alimentação, saúde, apoio psicossocial, lazer, acolhimento de mulheres e fortalecimento de vínculos comunitários.

Falas ilustrativas

- Sobre o oferecimento de apoio alimentar:

“Dá mais de 40 cestas básicas todos os meses para as crianças e suas famílias.”

(Entrevistado 05)

“Ajuda cesta básica, né? [...]. Qualquer ajuda de alimento para a comunidade é sempre bem-vinda.” (Entrevistado 07)

- Sobre o suporte na área na saúde física e psicológica:

“Agora no mês de setembro, a gente ofereceu 105 consultas, na área de oftalmológico.”

(Entrevistado 01)

“Tem o nosso núcleo de cuidados, que é o de psicólogos.” (Entrevistado 01)

“A gente realizou a campanha de agasalho no meio do frio, né? Para arrecadar e distribuir.” (Entrevistado 01)

- Sobre o incentivo sociocultural, oferta de lazer e construção de vínculo:

“Foram quase 26 crianças pra Recife, [...], foram conhecer o Espaço Ciência.”

(Entrevistado 01)

“Teve parceiro quando teve a Asa Branca, e eles conseguiram alguns ingressos e a gente abriu para todos, tantos familiares quanto crianças, para ir assistir o espetáculo” (Entrevistado 01)

“A Acolhidas, que é onde foi o Ministério das Mulheres, que criaram essa, [...]. De oito e oito dias, na sexta-feira, elas vão lá, fazem uma reunião, escutam as mulheres, tem um momento de conversa.” (Entrevistado 01)

- Sobre os objetivos futuros do projeto:

“Aí temos também, o projeto do curso de cabeleireiro, para colocar aqui, a cozinha que eu falei, o curso de copeiro “ (Entrevistado 01)

4. Fé, missão religiosa e sentido do engajamento social

Reúne as falas dos pastores e líderes religiosos sobre como a fé e a mensagem cristã

fundamentam a atuação do Portal, concebido como “braço social” da igreja e expressão concreta de justiça social e cuidado com os vulneráveis.

Falas ilustrativas

- Sobre como a fé atua como agente de apoio e de transformação social:

“Há estudos que mostram que a pessoa que tem fé suporta mais dificuldades da vida. Nos momentos mais difíceis, a fé é uma força que nutre na alma esperança.”
(Entrevistado 06)

“Mas o Evangelho de Cristo é a ferramenta de transformação social mais poderosa que já existiu na face da Terra. Porque ele não só transforma, regenera o homem para a salvação eterna, mas ele também ressignifica toda a identidade desse ser humano.”
(Entrevistado 06)

“O evangelho abre essa porta, para ele entender que é possível uma vida, é possível uma vida digna.” (Entrevistado 06)

- Sobre o Portal sendo o “braço social” da igreja:

“Então o Portal é isso, é o braço social da igreja que juridicamente é formada para que a gente possa conseguir outros apoios que às vezes a gente não consegue para a igreja por conta da questão do proselitismo religioso” (Entrevistado 05)

“O projeto, ele nasce com essa preocupação da igreja, de ser relevante à cidade local.”
(Entrevistado 06)

- Sobre a promoção da justiça social em meio a carência dela:

“Acredito que o Evangelho nos ensina a olhar para o próximo. E ao olhar para o próximo, a gente encara essas injustiças. E ao encarar as injustiças, o nosso chamado é agir.” (Entrevistado 05)

“A gente entendia que não fazia sentido uma comunidade de tantas pessoas reunidas não produzir algum tipo de justiça na cidade.” (Entrevistado 05)

- Sobre o zelo e a preocupação com os mais vulneráveis:

“De cuidar dos pequenos, cuidar dos necessitados, de fazer por aqueles que precisam. E isso é uma manifestação de alcance do Evangelho.” (Entrevistado 06)

“Cuidar dos que mais precisam é um traço, é algo da identidade do próprio Cristo”
(Entrevistado 06)

5. Contribuições do Projeto O Portal para o ODS 1 e metas associadas

Categoria transversal que sintetiza, à luz das ações e impactos descritos, em que medida o projeto contribui para dimensões da ODS 1 (erradicação da pobreza) e de ODS correlatas (educação, saúde, redução das desigualdades, instituições eficazes), bem como seus limites.

Falas ilustrativas

- Sobre a atuação na assistência alimentar básica:

“dá mais de 40 cestas básicas todos os meses para as crianças atendidas e suas famílias” (Entrevistado 05)

“Ajuda cesta básica, né? Porque hoje em dia o Brasil faz uma crise e não é nada bom e qualquer ajuda de alimento para a comunidade é sempre bem-vinda.”
(Entrevistado 07)

- Sobre o auxílio e a evolução nas questões educacionais e comportamentais:

“Hoje a gente tem uma sala específica só para a alfabetização.” (Entrevistado 02)

“A educação, a assistência que dar a nós, as mulheres também, porque eles também não só fazem com as crianças, fazem também, com as mulheres, com as mães.”
(Entrevistado 07)

“Tem muitas crianças que a gente percebeu a mudança. Tanto na sua formação, de caráter, do seu comportamento.” (Entrevistado 01)

- Sobre o cuidado da saúde com os moradores da comunidade:

“a gente ofereceu 105 consultas, na área de oftalmológico [...] teve 32 óculos, foi armação pronta, com grau e tudo” (Entrevistado 01)

“Hoje mesmo a gente sente a necessidade de ter psicólogos, que hoje o déficit de crianças com problema, TDAH, autismo, enfim, é grande.” (Entrevistado 01)

“A parte de psicólogo, que é o que a gente está precisando aqui.” (Entrevistado 09)

- Sobre o oferecimento de cursos para capacitação e possibilidade de desenvolvimento próprio de renda:

“A gente ofereceu aqui também um curso de capacitação de cuidador de idoso.” (Entrevistado 01)

“ofereceu o curso de bolo junino, a gente fez pra mais ou menos 20 mães pra ir, só foram cinco, mas tiveram o curso o dia todo” (Entrevistado 01)

- Sobre as mudanças nos hábitos cotidianos e na visão limitada de vida:

“Eu quero dizer que é um projeto muito bom, que mudou muito a vida das crianças, sabe? ajuda bastante.” (Entrevistado 09)

“Eles começam a perceber que eles também podem alcançar as coisas. Eles não ficam mais limitados naquela visão que eles tinham da comunidade, para eles é apresentado um mundo novo, e isso é impactante em todos os sentidos, emocionais, espirituais.” (Entrevistado 05)

- Sobre as dificuldades e limites existentes do projeto:

“Com a maior dificuldade no reforço, porque a gente precisa de professores e voluntários” (Entrevistado 01)

“Muita gente querendo também colocar seus filhos no projeto, mas hoje, infelizmente, não tem uma estrutura de voluntário de cestas básicas, né? Porque não é justo botar mais crianças e não ter como suprir as cestas básicas da demanda.” (Entrevistado 01)

4 ANÁLISE DO CORPUS

4.1 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO O PORTAL JUNTO À COMUNIDADE DA CAGEP

O Portal, quando foi fundado em Caruaru, adotou como comunidade para ser atendida a CAGEP, no qual foi visto famílias que se encontrava em situação de pobreza, como descreve Rodrigues et al. (2021) pobreza se caracteriza como a falta de recursos básicos e essenciais, como moradia, alimentação, oportunidade de trabalho e outros. O projeto fundado em 2020, então, desenvolveu um conjunto de ações voltadas tanto às crianças e adolescentes quanto às suas famílias, que combinam intervenção educacional, esportiva, assistencial e de capacitação profissional, segundo a entrevistada 05 “a gente entendia que não fazia sentido uma comunidade de tantas pessoas reunidas não produzir algum tipo de justiça social na cidade”, dessa forma a escolha do local onde seria a sede foi escolhido por ser perto da comunidade CAGEP “a escolha do prédio da igreja foi baseado na escolha da comunidade da CAGEP”.

Logo no início, observaram quais pontos mais críticos poderiam ajudar, como disse o entrevistado 01 “[...] a gente notava, crianças que não sabiam ler [...]” dessa forma no eixo educacional o reforço escolar se tornou “carro-chefe” do projeto, o entrevistado 02 menciona meninas de 14 e 15 anos que “não sabiam ler e escrever”, em razão disso, foi realizada a criação de uma sala focalizada na alfabetização, onde essas crianças “hoje elas sabem ler e escrever”. Em paralelo, o Portal estruturou atividades esportivas e culturais, como aulas de jiu-jitsu, balé e dança contemporânea, descritas por coordenadores e voluntários como estratégias de atração das crianças para participarem do projeto. O projeto oferece também a entrega de cestas básicas mensais, de acordo com a presença das crianças no reforço escolar, segundo o entrevistado 01 “O objetivo da cesta básica era como se fosse garantir a presença deles aqui dentro do projeto”. No sábado, dia que ocorre o reforço escolar e as atividades esportivas, também dispõem banheiros com chuveiros para banho, além de oferecer as refeições diárias.

O atendimento iniciou com as crianças e adolescentes, mas após conquistarem a confiança da comunidade, o entrevistado 04 diz “a gente foi evoluindo para as famílias, então a gente começou a conhecer as necessidades deles [...] desenvolver trabalhos com o país, com as mães.” Dessa forma, no campo da assistência material e da saúde, além da entrega de cestas básicas, foram evoluindo com campanhas de agasalho, bem como a realização de

consultas oftalmológicas e o encaminhamento para óculos, além da criação de um núcleo de psicologia acessível a quem não dispõe de recursos. Somam-se a essas ações os encontros periódicos com mulheres da comunidade, por meio do grupo Acolhidas, e iniciativas pontuais de lazer e cultura, como viagens ao Espaço Ciência e participação em espetáculos na cidade. Por fim, o projeto também investe, ainda que de forma incipiente, em cursos de geração de renda e capacitação profissional para adultos, a exemplo dos cursos de bolo junino e cuidador de idosos, e manifesta a intenção de ampliar essa frente com formação em cabeleireiro, copeiro, alfabetização dos adultos e outras áreas. Em conjunto, essas iniciativas revelam que o Portal não se restringe a uma única dimensão da vulnerabilidade, mas atua de maneira abrangente, articulando educação, assistência e fortalecimento de capacidades produtivas, segundo o entrevistado 06 “o portal surge como uma ferramenta de promoção de justiça social, promoção de uma assistência social imediata para que essas famílias carentes ou essas pessoas necessitadas possam ser ali alcançadas para, de alguma maneira, serem supridas as suas necessidades”.

O projeto vem buscando se aplicar em editais, fazer parcerias, a fim de que as ações continuem e melhorem cada vez mais, visto que uma de suas dificuldades é o voluntariado, que mesmo que seja pessoas dispostas a servir, segundo a entrevistada 03 “a falta de voluntários é o principal ponto, é o maior desafio daqui [...] manter a constância dos voluntários” e com recursos seria possível, e é um desejo do projeto, ter professores em formação ou formados no reforço escolar e ter profissionais nas áreas de saúde atendendo a comunidade. Um dos desafios também é engajar a comunidade nas atividades e dar continuidade na educação em casa com as crianças “é conseguir também fazer com que as famílias tenham essa consciência de que a gente é um apoio para eles, mas que eles também precisam fazer a parte deles”.

Os dados empíricos evidenciam que o Projeto O Portal, desde sua implantação na comunidade da CAGEP, formam um conjunto de ações que dialogam com a noção de pobreza enquanto fenômeno multidimensional, tal como discutem Lacerda (2029) e Sen (2000) que traz uma visão mais geral do aspecto de pobreza, não deixando a parte financeira de lado, ao articular intervenções nas esferas da educação, da alimentação, da saúde, do lazer e da geração de renda. No eixo educacional, o reforço escolar é visto como principal na atividade do projeto, junto com o eixo social que inclui as demais atividades realizadas pelo Portal, que apontam para a atuação do projeto como um dispositivo complementar à política educacional e de inclusão social, contribuindo para ampliar as capacidades dos sujeitos, no sentido preconizado por Sen (2000).

4.2 PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE SOBRE A PRESENÇA E AÇÃO DO PORTAL

Ao examinar os relatos dos moradores, foi possível perceber como eles compreendem a atuação do projeto na comunidade, suas expressões principais nas entrevistas foi “mudou muito”, evidenciando que o projeto faz diferença no dia a dia deles, indicam também que a participação tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade. Uma das entrevistadas destacou “uma ajuda muito boa que o Portal vem dando a nós, assistência, questão das coisas que a gente não poderia ter [...] ajuda a nós sobre educação [...] lazer, muitas coisa que o Portal faz [...] Ajuda cesta básica” . Tal declaração mostra que o projeto é visto como um espaço de apoio para as famílias atendidas. Essa percepção evidencia a relevância de formas de proteção social ofertadas por organizações da sociedade civil em territórios nos quais o Estado se faz presente de maneira insuficiente ou fragmentada, fenômeno amplamente discutido na literatura sobre terceiro setor e políticas sociais no Brasil (Falconer, 1999).

No âmbito assistencial e de melhorias em relação às crianças e adolescentes, podemos identificar esses pontos na declaração feita pelo entrevistado 11 “Mudou muito, através dessa daqui, que mudou a vida dela e a vida também de outras crianças” e do entrevistado 07 “mais o comportamento das crianças, as amizades das crianças, porque antes do portal eram crianças violentas, as brincadeiras deles só eram de luta [...] Agora estão mais tranquilos”. Além disso, outros depoimentos apontam que “[...] mudou muito a vida das crianças” e “[...] melhorou muito na criação”, o que reforça a compreensão de que as atividades oferecidas contribuem na formação das crianças e adolescentes, permitindo que elas se desenvolvam e tenham oportunidades de sair do local onde estão crescendo, gerando um espaço de desenvolvimento humano falado por Mahbub UI Haq (2007) onde amplia as oportunidades, possibilitando que os indivíduos vivam com qualidade, autonomia e saúde.

Os moradores da CAGEP associam o projeto a um ambiente de acolhimento, proteção e apoio, segundo o voluntário do projeto, o entrevistado 4 “essa comunidade, se tem alguma dificuldade, eles procuram a gente primeiro”. Podemos observar a importância dessas ações, permitindo que os moradores tenham acesso a recursos básicos e necessários para uma vida digna. Conforme relata um dos moradores: “ Mudou bastante minha vida, mudou tudo, tem também médico pro meus esposo, que é de idade, tem para mim [...] foi a melhor coisa que apareceu na vida da gente” essa fala evidencia que o projeto desempenha um papel que ultrapassa o atendimento apenas assistencialista, promovendo vínculos sociais, assim como expressa Falconer (1999) no contexto brasileiro, o terceiro setor gera um campo que impulsiona debates, mobiliza recursos e, principalmente, viabiliza ações.

Apesar de todo suporte dado à comunidade, ainda existem lacunas que foram levantadas pelos moradores, como assistência aos pais e atividades voltadas para eles no Portal, apoio psicológico para a comunidade, que evidencia a importância do cuidado emocional e mental deles e também abordado sobre a ajuda para a construção das casas.

4.3 ANÁLISE DA RELAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO ÀS METAS DA ODS 01 (ERRADICAÇÃO DA POBREZA)

Ao observar as ações realizadas pelo Portal, na comunidade da CAGEP, em Caruaru, é possível ver que há algumas ligações com ODS 01 e suas metas. De acordo com o entrevistado 02 “hoje a gente tem o jiu-jitsu, o balé e o reforço escolar”, em que demonstra a oferta de atividades educativas que contribuem para a ampliação das oportunidades de crianças e adolescentes, especialmente em relação ao desenvolvimento de capacidades, essa ação se relaciona com a **meta 1.2**, que trata da redução da pobreza multidimensional (ONU,2015). No projeto também foi oferecido ainda na linha da educação, cursos profissionalizantes para cuidador de idosos e de bolo junino, com isso gerando oportunidades das pessoas da comunidade de alguma forma gerar renda, ponto se relaciona a **meta 1.4**, que busca garantir os direitos básicos das pessoas (ONU,2015). A educação embora não represente uma intervenção imediata e direta na pobreza, ela aumenta o acesso ao conhecimento, ampliando as capacidades (Sen, 2000), o que gera oportunidades de inserção no mercado de trabalho, contribuindo a médio e longo prazo para que essas pessoas consigam gerar recursos para se manter, permitindo o espaço para o desenvolvimento humano definido de acordo com PNUD (2025) “[...] um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.”, assim também alinhando-se ao ODS 1.

É enfatizado pelo entrevistado 07 que foi gerado mudanças no comportamento das crianças após essas ações educacionais “mais o comportamento das crianças [...] agora estão mais tranquilos” e resultados como o entrevistado 03 “o maior resultado é a evolução das crianças, de alfabetização mesmo”, dessa forma, o reforço escolar e as atividades complementares ampliam oportunidades futuras, dialogando com a lógica de fortalecimento das condições de vida e autonomia presente no âmbito geral da ODS 1.

O entrevistado 05 ressalta que o projeto “dá mais de 40 cestas básicas todos os meses para as crianças atendidas e suas famílias” e constituindo em uma ação direta de enfrentamento da insegurança alimentar e ajuda a suprir necessidades básicas, se

aproximando da **meta 1.3**, que prevê a implementação de sistemas de proteção social (ONU,2015), a distribuição contínua de mantimentos configura uma forma de amparo social que reduz privações imediatas, contribuindo para a estabilidade mínima necessária à sobrevivência das famílias atendidas. Alinhado com a **meta 1.5** da ODS 1, que propõe “construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação vulnerável e reduzir sua exposição e vulnerabilidade a eventos extremos relacionados ao clima [...]” (ONU, 2015), o Portal faz campanhas de agasalhos para arrecadar casacos e cobertores para serem entregues à comunidade da CAGEP na temporada de inverno.

Embora, o projeto ofereça apoio essencial, como educação e distribuição de cestas básicas, ele se depara com barreiras internas, como falta de recursos e voluntários, ao mesmo tempo que enfrenta demandas sociais profundas, expressas nos pedidos por mais assistência às famílias, presença de profissionais como psicólogos e até apoio para construção de moradias. Isso demonstra que apesar da assistência do Portal, o projeto não substitui políticas públicas, pois Estado é responsável por essa assistência ao povo (Garcia,2015), o projeto é um complemento no combate a pobreza (Fischer e Falconer, 1998) pois ele não consegue sozinho, superar as desigualdades que mantêm a comunidade em situação de pobreza.

Esses pontos reforçam que as metas da ODS 1, voltadas à erradicação da pobreza em todas as suas dimensões, no mundo inteiro (ONU,2015), dependem de ações estruturais de maior escala, articuladas pelo Estado e sustentadas por políticas públicas consistentes, e com a ajuda dos indicadores sociais para o estruturação desses programas sociais (Jannuzzi, 2006). O projeto contribui de maneira significativa, mas necessidades tão complexas quanto saúde mental, condições de moradia e segurança econômica não podem ser plenamente atendidas apenas por iniciativas comunitárias.

4.4 A ATUAÇÃO DA IGREJA A PONTE E DO PROJETO O PORTAL NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA

O projeto Portal nasce com o objetivo de ser o “braço social” da igreja, com foco na realização de ação e justiça na sociedade, assim como é explicado pelo entrevistado 06 “O trabalho do portal surge justamente com esse viés de poder ser um braço forte da igreja para levar a graça e o amor de Cristo a pessoas que precisam [...] a pessoas em situação de vulnerabilidade, seja ela qual for.” Essa visibilidade à vulnerabilidade alheia, bem como a empatia e a solidarização com o próximo, vem como ponto principal da fé, sendo um dos pilares de aprendizado da mensagem de Cristo, apontado na fala do entrevistado 05: “A gente

lê [...] todo o texto bíblico falando que a gente precisa proteger o vulnerável, que a gente precisa entender que o que temos tem que servir para o bem comum.” Assim, como era visto as ações de proteção ligadas à fé e à base moral (Garcia, 2015).

Ainda que o discurso religioso tenha partido na intenção e construção do projeto Portal é importante frisar que essas ações priorizam a garantia da alimentação, saúde, lazer e a criação de vínculos com a comunidade que contemplam bem a importância do terceiro setor como afirma o estudo de Falconer (1999) e reafirmado nas falas dos entrevistado 6 “Não adianta só olhar para o espiritual [...] mas que também se preocupa com a vida emocional, a vida física desse ser humano no local onde ele vive” e do entrevistado 5 “E a gente precisa contribuir ativamente [...] por mais que a gente não vá resolver os problemas de todo mundo, mas aqueles que chegarem próximos de nós”.

Podemos observar que mesmo com os programas de combate a pobreza realizados pelo governo, ainda existem locais que exigem uma atenção maior, o entrevistado 06 expressa “A ausência do governo, a carência ou a negligência do governo gera a necessidade de intervenção” e dessa forma vemos a atuação das organizações religiosas e ONGs, “[...] de uma maneira que essas instituições se tornam co-participantes do próprio Estado”, mostra o terceiro setor, expressado por Fischer e Falconer (1998) como fundamental o cuidado das pessoas em vulnerabilidade e pobreza, onde a ação do Estado é limitada.

As atividades sociais realizadas em diversas partes do Brasil, por instituições religiosas assim como o Portal, Cáritas brasileiras e Exército de Salvação, tem impacto importante nas comunidades locais, por estarem inseridas no cotidiano delas, onde por vezes a ação do Estado é limitada ou insuficiente. Essas ações são fundamental para o alcance de metas globais como as previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como por exemplo a ODS 04, que assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade e ODS 10 diminuir as desigualdades promovendo inclusão social e na ODS 01 no combate a pobreza extrema em todas suas formas (ONU, 2015).

O Portal, mesmo com toda organização e administração para que seja continuada suas atividades, possuem obstáculos de manutenção, tal como falta de voluntários, de estrutura física para atender as comunidades, de recursos financeiros, como fala o entrevistado 05: “o aspecto financeiro, de voluntariado [...] são pontos de dificuldade que a gente tem lutado”, dificultando suprir de forma plena os pontos críticos como geração de emprego, serviços básicos: como saneamento do local onde a comunidade está inserida, ou até garantir moradias de qualidade, que seria de competência e dever do Estado prover para o povo (Garcia, 2015). Também é importante lembrar, que o uso dos indicadores sociais ajudam a fundamentar

políticas públicas eficientes e assertivas, pois permite o acompanhamento das condições em que as pessoas vivem e a qualidade de vida da população (Jannuzzi, 2006).

Assim sendo, é de extrema importância a parceria entre o poder público e as organizações religiosas (Fischer; Falconer, 1998), para otimizar a efetividade dos projetos, ampliação e viabilização das resoluções dos problemas, é possível observar que a própria Agenda 2030 fomenta a ideia de parcerias, como por exemplo a ODS 17 que defende que o desenvolvimento sustentável é um desafio que requer um posicionamento coletivo (ONU, 2015), da mesma forma no combate a pobreza no Brasil, é necessário cooperação do Estado, para evitar desgaste do projeto e de outras organizações de terceiro setor, garantindo maior alcance das comunidades necessitadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um tema social desafiador e complexo, além da ausência de renda, ele envolve limitações no acesso a direitos fundamentais como moradia, saúde, educação e inclusão social. Isso revela a necessidade de políticas e iniciativas que enfrentam o problema na totalidade, a Agenda 2030 da ONU surge como um compromisso internacional voltado à promoção de sociedades mais justas e inclusivas, e seu primeiro objetivo é a ODS 1, a erradicação da pobreza, tem suas 7 metas voltadas para essa temática.

A partir desse estudo foi possível ver que não apenas o Estado corrobora com o alcance dessas metas, a atuação das organizações religiosas e do terceiro setor tem se mostrado fundamental para apoiar as comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade, mobilizando recursos, voluntários e práticas solidárias, contribuindo diretamente para a garantia dos direitos básicos. Como o projeto O Portal, criado pela Igreja A Ponte, que tem como objetivo cuidar dos pobres e pessoas que necessitam, adotando a comunidade da CAGEP onde é realizado diversas atividades, como entrega de cestas básicas, atividades esportivas e reforço escolar para as crianças, momentos de interação com a comunidade por meio de eventos como o Acolhidas, foi analisado o quanto essas ações geram impactos positivos na comunidade e alcançando de forma indireta do combate à pobreza em todas as suas dimensões.

A relevância deste estudo reside, devido a escassez presente na literatura atual, que aborda o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1), especificamente sobre atuações do terceiro setor e de instituições religiosas no combate à pobreza na região de Pernambuco e, em particular, em Caruaru. Diante disso, esta pesquisa se torna relevante, pois fornece dados e análises localizadas que podem embasar e aprimorar a formulação de políticas públicas. Ao demonstrar como iniciativas comunitárias, como o Projeto O Portal, contribuem de forma estratégica e complementar ao esforço estatal.

O primeiro objetivo dedicou-se a identificar as atividades realizadas pelo Portal na comunidade da CAGEP, onde foi visto de forma completa todas as ações, sendo carro-chefe o reforço escolar, seguido das atividades esportivas: jiu-jitsu, balé e dança contemporânea, atividades realizadas com as mulheres com o Acolhidas, capacitações profissionais como curso de idosos e curso de bolo junino, entrega das cestas básicas mensais para as famílias, entregas de agasalhos no inverno, assistência na saúde, momentos de lazer e acolhimento. Apesar das dificuldades para manter o projeto ativo e poder realizar mais pela comunidade, foi visto o empenho e motivação dos voluntário, coordenador e pastores em continuar

prestando assistência a CAGEP e foi percebido o quanto a comunidade se sente bem com a presença do portal, gerando mudanças nas crianças e acolhendo os moradores.

O segundo objetivo buscou analisar a visão dos moradores frente a essas ações realizadas pelo Portal, foi possível perceber nas falas dos moradores, a transformação mais palpável, e talvez a mais inspiradora, reside na mudança de perspectiva das crianças e na sensação de acolhimento expressa pelos moradores, que, em um local de abandono, encontraram no Portal um farol de esperança e dignidade. principalmente na vida das crianças, gerando oportunidade delas crescerem e mudarem o rumo da sua história. As lacunas levantadas pela comunidade, como a necessidade de suporte psicológico e ajuda na construção das casas, sinalizam a importância de uma atenção ainda mais integral, reforçando a atuação do Estado precisa ser ainda mais completa e da parceria entre Estado, terceiro setor e organizações religiosas para ações mais efetivas.

O terceiro objetivo teve como foco discutir, como essas ações do Portal se relacionava com as metas da ODS 1 e se alinhava com suas metas, verificou-se que as atuações do Portal na CAGEP proporcionando acesso a serviços básicos, saúde, educação, espelha a meta 1.2 e 1.4, reduzindo a pobreza multidimensional e oferecendo os direitos básicos, as entregas de cestas básicas atingindo a meta 1.3 que busca a proteção social dos homens e mulheres, além disso, a iniciativa de campanhas de agasalhos converge com a meta 1.5 ao reforçar o cuidado frente a mudanças climáticas.

Já o quarto objetivo focou a discussão na importância das ações das instituições religiosas no combate à pobreza, ficou claro que a atuação dos movimentos dessas instituições é de extrema relevância e ajuda para lutar contra a pobreza e a desigualdade, mesmo com os programas sociais e políticas públicas, a locais e comunidades que precisam ser assistidas de perto e esse esforço comunitário é que tem agido frente a essa problemática, principalmente, quando a instituição está inserida perto da comunidade, se relacionando e entendendo melhor o cotidiano daquelas pessoas e dando uma assistência mais assertiva. Importante frisar que essas ações não anulam o dever político de ter movimentos mais precisos para assistir as pessoas que se encontram em vulnerabilidade e de fato mudar suas realidades. Notou-se também alguns desafios por parte da Igreja a Ponte para manter essas ações do Portal pois depende muito de voluntários e de recursos, mostrando a necessidade de parceiras das instituições com o Estado para ajudar a sustentar as ações e não sobrecarregar a igreja.

Ao analisar o objetivo geral, identifica se que é gerado impacto na comunidade da CAGEP as atividades realizadas pelo Portal, onde pessoas que estão à deriva em um local abandonado se sentem vistas e cuidadas pela organização religiosa, mesmo que os resultados

não sejam imediatos, as ações com as crianças criam oportunidades de médio a longo prazo, trazendo uma perspectiva diferente para eles, mostrando que eles conseguem alcançar melhorias em sua vida. Dessa forma, ligadas às metas da ODS 1, as ações do Portal permitem que pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade possam ter oportunidade de conquistar seu espaço na sociedade e saírem da situação de pobreza.

Em suma, o Projeto O Portal não é apenas um conjunto de ações assistenciais; é um testemunho da capacidade humana de solidariedade e da força da fé em catalisar mudanças. Ele nos lembra que, embora a erradicação da pobreza seja uma meta global complexa, ela se constrói, dia após dia, nas pequenas e grandes ações de cuidado e colaboração em comunidades como a CAGEP, apontando para um futuro mais justo e digno para todos.

Diante disso, é fundamental que se promovam mais estudos voltados à análise do ODS 1 - Erradicação da Pobreza e suas metas, pesquisas que analisem a eficácia e métodos utilizados pelas organizações de sociedade civil, para medir e confirmar o quanto elas ajudam na luta contra a pobreza, e também pesquisas em outras localidades focalizado em projetos de combate a pobreza, como ONG's, instituições religiosas e outros do terceiro setor. Por fim, estes trabalhos são fundamentais para as melhorias e avanços em projetos e políticas públicas para atingir as metas da ODS 1, e combater a pobreza em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020*. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm > Acesso em: 23 jul. 2025

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Financiamento da Assistência Social no Brasil*. Caderno SUAS, ano 3, n. 3. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008. 30 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Informe 50*. Brasília: MDS, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe%2050.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025

BRASIL. Planalto. *Auxílio Brasil de R\$ 600 começou a ser pago e inclui 2,2 milhões de novas famílias*. 09 ago. 2022 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2022/08/auxilio-brasil-de-r-600-comecou-a-ser-pago-e-inclui-2-2-milhoes-de-novas-familias>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. *Auxílio Emergencial já pagou mais de R\$ 288 bilhões para garantir proteção social aos brasileiros*. 21 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/12/auxilio-emergencial-ja-pagou-mais-de-r-288-bilhoes-para-garantir-protecao-social-aos-brasileiros-1>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. .Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Auxílio Emergencial*. 19 set. 2022 Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/auxilio-emergencial/legislacao>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Em novo recorde, mais de 21,6 milhões de famílias recebem o Auxílio Brasil em dezembro*. 09 dez. 2022 Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-novo-recorde-mais-de-21-6-milhoes-de-familias-recebem-o-auxilio-brasil-em-dezembro#:~:text=Transfer%C3%A2ncia%20de%20Renda-,Em%20novo%20recorde%20C%20mais%20de%2021%20C6%20milh%C3%B5es%20de%20fa>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Secretária de Comunicação Social. *Em Pernambuco, 1,5 milhão de famílias recebem o Bolsa Família a partir desta sexta (18)*. 17 jul. 2025 Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia/jul.25/e>

[m-pernambuco-1-5-milhao-de-familias-recebem-o-bolsa-familia-a-partir-desta-sexta-18#:~:text=Na%20sequ%C3%Aancia%20dos%20cinco%20munic%C3%ADpios,\(48%2C9%20mil\). Acesso em: 10 ago. 2025.](#)

BRASIL. Secretária de Comunicação Social. *Mais de 19,6 milhões de famílias recebem o Bolsa Família a partir desta sexta, 18.* 18 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/07/mais-de-19-6-milhoes-de-familias-recebem-o-bolsa-familia-a-partir-desta-sexta-18#:~:text=TRANSFER%C3%8ANCIA%20DE%20RENDIA-,Mais%20de%2019%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20fam%C3%ADlias%20recebem%20o%20Bolsa,a%20partir%20desta%20sexta%2C%2018>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL Portal da Transparência do Governo Federal. *Portal da Transparência divulga gastos com Benefício de Prestação Continuada.* 19 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2019/07/portal-da-transparencia-divulga-gasto-s-com-beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. *Tarifa Social movimenta mais de 6 bilhões em descontos em 2024 para famílias carentes.* 07 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2025/tarifa-social-movimenta-mais-de-6-bilhoes-em-descontos-em-2024-para-familias-carentes>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. *Tarifa social: saiba como funciona e quem pode pedir desconto.* 19 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/tarifa-social-saiba-como-funciona-e-quem-pode-pedir-desconto>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, família e combate à pobreza. *Estratégia Alimenta Cidades chega a Caruaru-PE,* 29 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/estrategia-alimenta-cidades-chega-a-caruaru-pe>. Acesso em: 10 ago. 2025.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Refeições de qualidade voltam a ser distribuídas para pessoas em vulnerabilidade em Roraima.* 14 maio 2025. Disponível em: <https://caritas.org.br/noticias/refeicoes-de-qualidade-voltam-a-ser-distribuidas-para-pessoas-em-vulnerabilidade-em-roraima>. Acesso em: 29 out. 2025.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Voluntariado.* Disponível em: <https://caritas.org.br/area-de-atuacao/voluntariado>. Acesso em: 29 out. 2025.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. *A pobreza como um fenômeno multidimensional.* *RAE-eletrônica*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Governadora sanciona lei que cria o Pernambuco Sem Fome.* Recife, 27 dez. 2023. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/12/governadora-sanciona-lei-que-cria-o-pernambuco-sem-fome.html>. Acesso em: 10 ago. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Pernambuco tem 40,3% dos habitantes em situação de pobreza, diz pesquisa*. Recife, 02 jun. 2025 Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/vida-urbana/2025/06/3894693-pernambuco-tinha-40-3-habitantes-em-situacao-de-pobreza-em-2024-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Exército de Salvação. Relatório Anual. Disponível em: <https://www.exercitodesalvacao.org.br/relatorioanual>. Acesso em: 29 out. 2025.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, p. e319205, 2016.

FALCONER, Andres Pablo. *A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Montevideu: Instituto de Comunicación y Desarrollo / Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: https://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/andres_falconer.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

FREITAS, Leana Oliveira. ENSAIO INICIAL SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: indicações políticas para a política de assistência social. *Revista de Políticas Públicas*, v. 8, n. 2, p. 93–112, 25 Jul 2015 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3761>. Acesso em: 29 jun 2025.

FILHO, Dalson Britto FIGUEIREDO et al. Análise de componentes principais para construção de indicadores sociais. *Rev. Bras. Biom*, v. 31, n. 1, p. 61-78, 2013.

Fischer, RM & Falconer, AP, 1998. Desafios da parceria governo e terceiro setor. *Revista de Administração* 33 (1):12-19. São Paulo.

FLICK, U. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

GARCIA, Marcelo. *A assistência social no Brasil: como chegamos até aqui*. In: *ONGs e o Combate à Extrema Pobreza*. São Paulo: Escola de Desenvolvimento Social – EDESP / Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, 2013. p. 6–23. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/ONGs%20e%20o%20combate%20%C3%A0%20pobreza.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951699006.pdf>. Acesso 02 de jul de 2025

GUIMARÃES, J. R. S; JANNUZZI, P. M. *Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades*. In: XIV encontro nacional de estudos populacionais, Coxambú, 20-22 Set. 2004. Acesso em: 19 abr. 2025

MANCERO, X. *La medición del desarrollo humano: elemento de un debate*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f01a2a90-5bb3-48fa-b53b-b39603763627/content>. Acesso em: 19 abr. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso em: 10 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20: caderno desigualdades - primeiras análises*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102080.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produto Interno Bruto – PIB*. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/ PIB.ph> Acesso em: 02 jul de 2025

IPECE. Instituto de pesquisa e estratégia econômica do Ceará. *Entendendo o Índice de Gini*. Fortaleza, CE: [s.n.], 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Entendendo_Indice_GINI.pdf Acesso em: 05 jul de 2025

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2006. Disponível em: <https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2014/06/januzzi-principais-indicadores-sociaiscomp leto.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. *Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional*. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 79–112, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922>. Acesso em: 18 maio. 2025.

KEELEY, B. *Income inequality: the gap between rich and poor*. OECD Insights, Paris, França: OECD Publishing, 15 dez. 2015. 120 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9789264246010-en>>. Acesso em: 05 de jul de 2025

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 40–45, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a12.pdf>. Acesso em: 10 abr, 2025.

Lacerda, F. C. C. (2009). *A pobreza na Bahia sobre o prisma multidimensional: Uma análise baseada na Abordagem das Necessidades Básicas e na Abordagem das Capacitações* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil).

MÃES DE PERNAMBUCO. *O programa*. 2025. Disponível em: <https://www.maesdepernambuco.pe.gov.br/o-programa>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. *Qualitative research: a guide to design and implementation*. John Wiley & Sons, 2015.

MINAYO, M. C. S. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, p. 621–626, 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000200015

MINISTÉRIO DA CIDADANIA; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). *Relatórios de Informações — RI*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?aM=0&codigo=260410&aM=0>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MOURA JUNIOR, J. F.; CIDADE, E. C.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. *Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial*. Temas em Psicologia, v. 22, n. 2, p. 341-352, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19553/1/2014_art_vmximenes.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

ONU BRASIL. *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nações Unidas Brasil. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ONU BRASIL. *A ONU e o meio ambiente*. Nações Unidas Brasil. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ONU BRASIL. *Pesquisa apoiada pelo PNUD avalia positivos os impactos do programa Bolsa Família*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/60123-pesquisa-apoiada-pelo-pnud-avalia-positivos-os-impactos-do-programa-bolsa-fam%C3%ADlia>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ONU NEWS. *Mundo tem pelo menos 1,1 bilhão de pessoas pobres em vários níveis*. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/10/1839371>. Acesso em: 19 abr. 2025

ONU PORTUGAL. *Pobreza*. Nações Unidas. Disponível em: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza>. Acesso em: 19 abr. 2025.

O PORTAL CARUARU. *O portal*. 2025. Disponível em: <https://oportalcuaru.org/o-portal/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Cúpula do Milênio – Conferência das Nações Unidas*. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/newyork2000>. Acesso em: 16 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do Milênio*. Nova Iorque: ONU, 2000. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>. Acesso em: 15 jul de 2025

Pereirinha, José A. (1994). *Pobreza e exclusão social: alguns aspectos metodológicos de medida e sua relevância para a política social*. Provas de agregação. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/34d11f06-a793-4356-a794-9fc657589e36>. Acesso em: 29 jun 2025

HAQ, Mahbub Ul. *O paradigma do desenvolvimento humano*. [S.l.]: [s.n.], 2007. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/507663362/2007-Mahbub-UI-Haq-O-Paradigma-do-Desenvolvimento-Humano>, Acesso em 01 jul 2025

PORTAL CAPACITA MDS. *Cartilha do Programa Auxílio Brasil*. Disponível em: https://ead.mds.gov.br/webview.php/srv/www/htdocs/badiunetdata/files/1/750udta0rvulesgzdytf_package/mod7/slide30.html#anexos-legislacoes-do-auxilio-brasil. Acesso em: 24 jul. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Painel IDHM*. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm#:~:text=%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal,-O%20IDHM%20%C3%A9&text=O%20valor%20do%20IDHM%20do,varia%C3%A7%C3%A3o%20de%202%2C7%25>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Desenvolvimento Humano e IDH*. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh>. Acesso em: 2 jul. 2025.

Rodrigues, Eduardo; Samagaio, Florbela; Ferreira, Hélder; Mendes, Maria Manuela; Januário, Susana.. *A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. Sociologia: Problemas e Práticas*, [s.l.], n. esp., p. 63–101, 2021. Acesso em: 14 jun. 2025.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMBATE À FOME E POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SAS. *Com a presença da governadora Raquel Lyra, SAS entrega a primeira Cozinha Comunitária de Caruaru*. Recife, 20 set. 2024. Disponível em: <https://www.sas.pe.gov.br/com-a-presenca-da-governadora-raquel-lyra-sas-entrega-a-primeira-cozinha-comunitaria-de-caruaru/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Cap. 4: Pobreza como privação de capacidades, p. [110-137]

SIEDENBERG, Dieter Rugard. *Indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Uma síntese. Desenvolvimento em questão*, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SILVA, Jarbas Barbosa da; BARROS, Marilisa Berti Azevedo. Epidemiologia e desigualdade: notas sobre a teoria e a história. In: *Revista Panamericana de Salud Publica*, v. 12, n. 6, p. 375-383, 2002.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. *O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras*. Brasília: Ipea (2009). Texto para Discussão nº 1424 Disponível em: < https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1424.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2009. Produzido no programa de trabalho de 2008. Texto para Discussão n. 1381. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1553/1/TD_1381.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025

SOUZA, Bruno Almeida; OLIVEIRA, Camilla Araújo Coelho; SANTANA, Júlio Carlos Oliveira de; VIANA NETO, Luis Antônio da Cunha; SANTOS, Débora de Gois. Análise dos indicadores PIB nacional e PIB da indústria da construção civil. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 17, n. 31, p. 140–150, jan./jun. 2015. DOI: 10.21452/rde.v17i31.3480.

SOUZA, L. K. de. *Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática*. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

Townsend, Peter. *Poverty in the United Kingdom*. London, Allen Lane and Penguin Books, 1979. Disponível em: <https://www.poverty.ac.uk/free-resources-books/poverty-united-kingdom> Acesso em: 19 de maio de 2025

UNITED NATIONS. *The Millennium Development Goals Report*. Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2015. Disponível em: <https://undp.org> . Acesso em: 14 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012*. Agência de Notícias IBGE, 04 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012> ..Acesso em: 19 abr. 2025

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 25-36.

APÊNDICE A – PROTOCOLOS DAS ENTREVISTAS

1. Protocolo de perguntas para Coordenadores e Voluntários do Projeto

- Como e por que surgiu o projeto “O Portal”?
- Quais foram as principais ações desenvolvidas no início do projeto?
- De que forma essas ações evoluíram ao longo do tempo?
- Há registros sobre número de famílias atendidas, atividades realizadas ou parcerias estabelecidas?
- Quais são os principais resultados alcançados até hoje?
- Que estratégias o projeto utiliza para melhorar as condições de vida das pessoas atendidas?
- Como o projeto busca garantir continuidade e sustentabilidade das ações?
- Quais desafios e aprendizados marcaram essa trajetória?

Encerramento:

- Gostaria de acrescentar alguma informação que não foi abordada?
- Autoriza o uso das informações para fins acadêmicos, preservando seu anonimato?

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

2. Protocolo de perguntas para Moradores Beneficiados (Comunidade da CAGEP)

- Como você conheceu o projeto “O Portal”?
- Em quais atividades você já participou?
- O que mudou na sua vida ou na sua família desde que começou a participar?

- Você percebe mudanças também na comunidade? Quais?
- O que considera mais importante no trabalho do projeto?
- Que tipo de ajuda ou apoio o projeto oferece que faz mais diferença para você?
- Ainda há alguma dificuldade ou necessidade que o projeto poderia ajudar a resolver?
- O que você gostaria que o projeto fizesse no futuro?

Encerramento:

- Deseja acrescentar mais alguma observação sobre sua experiência com o projeto?

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

3. Protocolo de entrevistas para Líderes Religiosos e Representantes Institucionais

- Qual é a relação da instituição religiosa com o projeto “O Portal”?
- Por que a instituição decidiu apoiar ou criar esse tipo de iniciativa?
- Como a fé e os valores religiosos influenciam o trabalho social desenvolvido?
- Que resultados espirituais ou comunitários são percebidos entre os participantes?
- Em sua opinião, de que forma a atuação religiosa pode contribuir para reduzir a pobreza e promover dignidade?
- Há parcerias com outras organizações, públicas ou privadas, nesse processo?
- Quais são os principais desafios enfrentados para manter essas ações?

Encerramento:

- Gostaria de deixar alguma mensagem final sobre o papel da fé e da solidariedade na transformação social?

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)